



ABRINDO A CAIXA-PRETA DO DESASTRE DA BRASKEM: AS VOZES DISSONANTES EM MACEIÓ

OPENING THE BLACK BOX OF THE BRASKEM DISASTER: THE DISSENTING VOICES IN MACEIÓ


ABRIENDO LA CAJA NEGRA DEL DESASTRE DE BRASKEM: LAS VOCES DISONANTES EN MACEIÓ

Camila Prates¹

Juliane Verissimo²

Carlos Eduardo Lopes³

Roberto Cunha Lima⁴

 10.21665/2318-3888.v11n22p167-199

RESUMO

Esse texto coletivo surgiu a partir da interação entre Roberto Lima e Camila Prates (pesquisa as controvérsias tecnocientíficas em contextos de conflitos e desastres ambientais) na mesa de encerramento da 6ª Semana de Antropologia da UFS ocorrida no dia 24 de novembro e dos aportes de Juliane Lima (pesquisa o conflito ambiental da Braskem) e Carlos Lopes (pesquisador da etnofotografia no contexto do desastre), no chat do evento. A partir disso surgiu a ideia de fazer uma entrevista ao trio de pesquisadores sobre o desastre da Braskem em Maceió. Rapidamente foi organizado coletivamente os pontos de interesse meus e dos colegas e a conversa foi realizada no dia 6 de dezembro de 2024. Essa versão que está sendo publicada é o resultado da transcrição da conversa com a revisão por cada um dos autores de suas falas individuais. Convém lembrar que o desastre da Braskem se dá em decorrência da extração de Sal-gema no subsolo alagoano (iniciado na década de 1970). O desastre foi direcionado pela extração industrial e sem as devidas fiscalizações, com o Serviço Geológico do Brasil atestando a Braskem como responsável pelo afundamento (subsidência) do solo de cinco bairros.

Palavras-chave: Conflito ambiental; Desastre da Braskem; Fotoetnografia

Abstract

This collective text emerged from the interaction between Roberto Lima and Camila Prates (who researches techno-scientific controversies in the context of environmental conflicts and disasters) at the closing

¹ Professora visitante na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: camilapratescs@gmail.com.

² Mestranda em Sociologia na Universidade Federal de Alagoas. Professora de Ensino Religioso na Secretaria Municipal de Educação de Maceió. E-mail: julianevalima@gmail.com.

³ Mestrando em Antropologia - PPGAS / UFAL. E-mail: eduardolopesdu14@gmail.com.

⁴ Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília. Professor associado da Universidade Federal de Sergipe.

keynote of the 6th Semana de Antropologia at UFS on 24 November and from the contributions of Juliane Lima (who researches the Braskem environmental conflict) and Carlos Lopes (who researches ethnography in the context of the disaster), in the event's chat. This led to the idea of interviewing the trio of researchers about the Braskem disaster in Maceió. The points of interest for me and my colleagues were quickly organized collectively, and the conversation took place on 6 December 2024. This version, which is being published, is the result of transcribing the conversation with each of the authors revising their statements. It's worth remembering that the Braskem disaster was caused by the extraction of rock salt from the Alagoas subsoil (which began in the 1970s). The disaster was driven by industrial extraction and without proper inspections, with the Geological Service of Brazil certifying Braskem as responsible for soil subsidence in five neighborhoods.

Keywords: Environmental Conflict. Braskem Disaster. Photo Ethnography.

RESUMEN

Este artículo colectivo es resultado de una fructífera colaboración entre Camila Prates (investigadora de controversias tecnocientíficas en contextos de conflictos y desastres ambientales) y Roberto Lima (Universidad Federal de Sergipe) durante la clausura de la 6ª Semana de Antropología de la UFS, el 24 de noviembre de 2024, además de los aportes de Juliana Lima (investigadora del conflicto ambiental provocado por la empresa Braskem en Maceió, estado de Alagoas en Brasil) y Carlos Lopes (etnofotógrafo que investiga el mismo desastre) en el chat del evento. A partir de ahí surge la idea de realizar una entrevista con los cuatro investigadores mencionados acerca del desastre de Braskem en Maceió. Muy pronto se organizaron los puntos de interés de los investigadores y la entrevista fue realizada el 6 de diciembre de 2024. Este texto a publicarse es resultado de la transcripción de la plática y de la atenta revisión por cada uno de los participaciones. Es importante recordar que el desastre de Braskem fue consecuencia de la extracción de sal común en el subsuelo del estado de Alagoas desde la década de 1970. Esa extracción industrial fue realizada sin la fiscalización adecuada por el Servicio Geológico de Brasil que señaló que Braskem fue responsable por el hundimiento de cinco barrios en aquella ciudad.

Palavras-clave: Conflicto Ambiental. Desastre de Braskem. Fotoetnografía.

Roberto Lima - Bom, gente. Então, primeiro quero agradecer ao Prof. Eder Malta e agradecer a vocês que estão nessa luta inacreditável aí em Maceió. Camila Prates, Juliane Veríssimo Albuquerque Lima e Carlos Eduardo Silva Lopes. Agradeço demais por aceitarem essa conversa, que é uma conversa coletiva, transgeracional e interdisciplinar, pelo que eu estou entendendo.

Talvez me seja uma entrevista muito curiosa porque a minha infância, ela é de alguma forma marcada pela criação da Salgema que hoje é a Braskem. Meus pais foram morar em Maceió, fugindo da ditadura, em 1972-73. Em 1973 é criado o Campus Tamandaré, onde a gente foi morar. Meu pai, Roberto Alves de Lima, na época era o primeiro doutor da Universidade Federal de Alagoas. Vocês não podem imaginar o que seja isso. Hoje a

universidade tem centenas, talvez mais de mil doutores. E a gente morava nesse campus, no Campus Tamandaré, onde hoje é o Detran. Eu era menino e lembro que era um lugar paradisíaco. De um lado era a praia, do outro era a lagoa. Lembro de professores, funcionários, seus filhos que ali moravam e a gente brincava solto.

Lembro do Museu Theo Brandão que ficava do lado da minha casa, do Museu de Biologia Marinha, onde íamos ver os bichos dentro das garrafas de formol. E com o início da Operação da Salgema, esse campus foi desativado, em 1976. Nós nos mudamos para o bairro do Farol. Eu vi esses dias que a minha casa, onde eu morei dos 7 até os 13 anos, ainda existe... Então faz parte da parte do bairro do Farol que ainda não foi fortemente afetada. Mas lembro também, vividamente, que meu pai falava que uma fábrica daquelas era tão perigosa que não podia ser construída a menos de 60 quilômetros de um núcleo habitacional. Eu não sei se ele se referia a algo que futuramente ia ser o desastre de Bhopal. Em algum lugar eu li que essa fábrica é uma fábrica gêmea da fábrica que teve o desastre de Bhopal, em que 2.500 a 8.000 pessoas morreram. Mas não sei se ele se referia aos vazamentos de cloro, que ocorreram vários. Inclusive esses dias eu procurei na internet e não consegui encontrar uma linha do tempo destes acidentes. Mas eu também me lembro de acompanhar a minha mãe, que também era professora da universidade, a Lúcia Cunha, em visitas ao bairro do Pontal da Barra, e ela indo de casa em casa com questionários ainda rodados naqueles mimeógrafos manuais, perguntando sobre pessoas que tinham sido intoxicadas e hospitalizadas nesses vazamentos. Enfim, todo modo, essas são lembranças de uma criança, que saiu de Maceió em 1982, para ir morar em Brasília.

Queria também chamar a atenção que estou aqui pensando com vocês um acidente de mineração, mas eu tenho mais proximidade com os acidentes, os problemas gerados por barragens. Mas, eu morei um tempo no México e lá no México os camaradas me ensinaram que essas coisas andam juntas. Inclusive todas as reuniões de atingidos por barragens são realizadas conjuntamente com as reuniões dos atingidos por mineradoras. Isso pra dizer um pouco como eu pensei a entrevista. Pensei também a entrevista com perguntas que vão rodar por todo o grupo. Quero que vocês se sintam muito à vontade para interromper a minha fala e colocar outras coisas, me corrigir também, certo? E penso que essa

entrevista é ao mesmo tempo, acadêmica e política, no bom sentido da política: que todo acadêmico tem que estar na política.

A primeira questão é para a Camila e a segunda vai para a Juliane e Carlos. Professora Camila, você fez uma tese de doutorado sobre o licenciamento de Belo Monte. Como que se deu a passagem de um estudo sobre uma problemática da represa para um crime, um desastre, um desastre criminoso causado por mineração? O que se mantém? O que é subsumido? O que se transforma?

Camila Prates - Essa questão da geração energética, da construção de barragens, ela também fez parte da minha trajetória acadêmica. Entrei nessa seara motivada pela sociologia ambiental, inicialmente. Pelas discussões que aconteciam na sociologia ambiental, lá em 2005. Então, questões como: qual o papel da sociologia, da antropologia na análise dos problemas ambientais, reflexões sobre modos de vida e qualidade de vida de populações que passaram por deslocamentos forçados estavam bastante vivas. Pelo menos eram essas as discussões que tinha acesso na época.

Então, eu entrei por esse lado: para entender o papel da sociologia e da antropologia na construção desses projetos hidrelétricos. Mas no sentido de questionar: como a sociologia e a antropologia entram na análise dos impactos? Qual era a contribuição delas no diagnóstico e mitigação dos impactos de uma hidrelétrica? Entender essa dinâmica fez com que perdesse a ingenuidade no tema. Por quê? Porque a construção de uma usina hidrelétrica, é conhecida hegemonicamente por gerar energia limpa, uma vez que se baseia em uma energia renovável, que é a água. Então, você tem essa prerrogativa da energia limpa e eu, no início, não entendia os critérios que faziam com que a energia das hidrelétricas fossem “sujas”...

Com o aprofundamento das discussões e pesquisas, é possível perceber que sustentar a assertiva “limpa” depende de vários fatores que corroboram e que sustentam esse enunciado. Você tem a questão financeira, porque os setores econômico e energético defendem que barragem gera energia mais barata comparativamente à térmica, por exemplo. Você tem a questão da energia renovável, a água se renova, logo é limpa. Mas o

que ficava de fora desses cálculos me interessavam. Quer dizer, qual era o cálculo que era feito para a economia que se perdia das pessoas que viviam nos lugares que tinham que ser realocadas pela formação do reservatório? Qual era o valor desses impactos socioeconômicos? O que se perdia cultural e simbolicamente com a construção de uma barragem?

No âmbito da sociologia, me envolvi com o coro de pesquisadores que analisam criticamente esses impactos invisíveis aos cálculos econômicos e interesses energéticos. Entendo que a sociologia e a antropologia vêm nessa toada de trazer esses efeitos invisíveis que não são compreendidos como impactos negativos. Porque eles foram invisibilizados por muitos anos e porque essas ciências ainda disputam espaço no diagnóstico desses projetos econômicos, que muitas vezes são acionadas de forma superficial apenas para cumprir a exigência de licenciamento, por exemplo.

O interessante quando estudamos a formação de barragens para gerar energia, você sabe muito bem, a gente percebe que existe muita resistência (como o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB) de grupos que se organizam para mostrar os efeitos negativos desses projetos. Por exemplo, no que se refere à Hidrelétrica Belo Monte, ao longo das décadas (70/80/90/2000), a resistência indígena, ambientalista e dos pesquisadores, foi constante. Quando fiz a tese, me interessava entender o papel da ciência no processo do licenciamento da referida hidrelétrica. Percebi que a ciência exercia um papel muito importante de abrir espaço para o contraditório por causa de um documento construído por diversos pesquisadores, o Painel dos Especialistas, organizado por Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos e Francisco del Moral Hernandez (MAGALHÃES; HERNANDES, 2009). Na época, eles acionaram pesquisadores para analisar criticamente o Estudo de Impacto Ambiental do projeto, que tinha mais de 20 mil páginas. Esse documento foi objeto de interesse e entrevistei algumas das pesquisadoras e pesquisadores.

Nessa atuação para demonstrar os impactos não vistos é que percebemos os fios condutores que ligam geração de energia hidrelétrica à mineração. Por exemplo, lá na Amazônia você constrói hidrelétricas para gerar energia para a indústria de alumínio. No

Painel dos Especialistas, tem essa crítica sobre o destino da geração energética gerada pela construção da Hidrelétrica Belo Monte, de Tucuruí e de outras barragens na Amazônia. Para onde é destinada a energia que é gerada nas hidrelétricas que o Estado constrói? A mesma pergunta é feita quando a gente trabalha analisando a mineração. Para onde vai o minério extraído? O tipo de mineração que está sendo feita justifica os benefícios econômicos? Quem fica com os lucros da mineração e quem absorve as externalidades ambientais? Quais economias se perdem com a implementação da mineração? Essas perguntas fazemos para ambas as atividades.

Além disso, a pergunta que faço para pesquisar sobre mineração é: qual é o papel da ciência, e em específico, qual o papel da ciência social na construção, no funcionamento e mitigação dos efeitos desse projeto? As ciências são utilizadas de que forma? Com a ciência é utilizada no processo de licenciamento ambiental? Como é que a ciência está atuando para a manutenção desse projeto econômico?

São questões que precisam de respostas, porque um projeto minerário é modificador das infraestruturas sociais, ambientais e culturais. Quando a Braskem chega aqui em Maceió ela altera o ambiente onde ela se instala. Ela modifica as vias, o fluxo da cidade, a dinâmica ambiental diretamente relacionada à extração de Sal-gema por meio dos acidentes socioambientais de vazamento de gás, da poluição (salinização) da Lagoa Mundaú⁵ e pela própria mineração no solo.

Quais caminhos conectam os impactos da construção de hidrelétricas e os da mineração? Os impactos socioambientais são silenciados em ambos os casos. No caso da Braskem, os efeitos negativos socioambientais têm sido distanciados da reparação econômica, ao longo dos 40 anos de operação da mineração em Maceió. Os efeitos negativos tem sido tratados como externalidades ambientais e, portanto, não são reparados. Desde sua instalação, a pergunta é a mesma: onde está o “desenvolvimento econômico” que a empresa diz gerar? Para mim também é de extrema relevância mapear o papel da ciência

⁵ A lagoa mundaú e os bairros que citamos ao longo dessa entrevista estão dispostos para visualização no Anexo 1.

nesse processo todo. São esses os fios condutores. Existem muitas outras conexões possíveis, mas essas questões são constantes nas minhas pesquisas.

Roberto - Maravilha. Eu acho que a gente podia, para entrar na questão Braskem. Vocês poderiam dizer rapidamente quantos foram os acidentes que houveram. Que vocês encontraram registros: de vazamentos de gás, de vazamentos de organoclorados no subsolo e esse do afundamento de parte da cidade. Quais são os acidentes que houveram, de que tipo, nessa história da Braskem para chegar nesse desastre atual. E, Juliane Verissimo e Carlos Eduardo eu queria saber de cada um como é que entram nessa pesquisa? Eu entendo que vocês fazem uma pesquisa coletiva. Então qual é o lugar de cada um? Cada um individualmente e no grupo e, claro, Camila pode fazer uma reflexão final fechando.

Juliane - Eu comecei a fazer uma linha do tempo sobre esse início da atuação da Braskem, que na década de 1970, recebia o nome Salgema, mas ainda não terminei. Os “acidentes” existem desde a implantação, desde a construção da fábrica. Primeiro, na unidade de mineração, com a explosão de um tanque lá no Mutange. Há um livro do jornalista Joaldo Cavalcante (2020), que nos ajuda a sistematizar essas ocorrências nas fábricas. Ele fez esse mapeamento e vai relatando, a partir de notícias de jornais, as pistas que precisamos para fazer resgates históricos, eu e Carlos usamos como uma fonte para buscar nos arquivos da cidade, esses jornais, e a mim em especial, interessa ver os dilemas da cidade naquelas outras épocas, é um resgate histórico que visa entender os processos de vulnerabilização nas regiões atingidas. O livro da professora Maria do Carmo Vieira, *Daqui só saio pó*, também retoma alguns. Mas voltando, o primeiro acontece na unidade de mineração, onde ocorre o foco do afundamento do solo. Depois dele, ocorreram vários outros, muitos na década de 1980, e estão relacionados ao vazamento de cloro gás. Em 1991, houve também o vazamento de organoclorados, que contaminou o lençol freático de Marechal Deodoro, cidade que recebeu o pólo cloroquímico, a outra grande promessa do governo do Estado para a redenção econômica, uma nova alternativa para diversificação da produção, além da cana-de-açúcar. Esses sucessivos “acidentes”, repercutiram a ponto de o governo do estado montar uma comissão para realizar um

relatório sobre as condições de segurança da fábrica, antes disso, lá em 1976, a defesa civil de Alagoas criou o plano que ficou conhecido como Operação Catavento.

Só que o plano era muito frágil, para dizer uma palavra mais leve. Pra você ter uma ideia (quem recorda enfatizando tudo isso é o professor José Geraldo Marques que cuidava da questão ambiental do Estado no período da implantação), o plano trazia a brilhante ideia de, em dias de jogos no Trapichão, a importância de informar calmamente nos altofalantes que os torcedores levassem às narinas um lenço com água. A fábrica, que permanece até hoje no mesmo local, fica praticamente ao lado do Estádio. O Trapichão que muitos conhecem também como Estádio Rei Pelé. E nos dias de jogo, se por acaso acontecesse um acidente, a saída seria essa: a sirene no Estádio soar muito tranquilamente, o locutor falar para os torcedores “andarem com calma”, além de usar um pano molhado com água. Imagina só, se naquela época, na década de 1970, 1980, as pessoas andavam com lenço no bolso, ou se teriam água sempre à mão. Então nunca houve um plano, um planejamento, um olhar de preocupação efetiva para essa questão ambiental.

A escolha para a implantação acontece por demanda de uma empresa transnacional, no caso a Du Pont. Ela que direciona e diz que a fábrica deve ser instalada naquela região, para facilitar o transporte do produto para o porto localizado em Jaraguá, o cuidado com a logística e a comercialização, estavam em primeiro plano. Aquele lugar apresentava uma vantagem locacional (HARVEY, 1995), essas vantagens estão marcadas no passado colonial de Alagoas, que tinha na Laguna Mundaú um meio para escoar as produções de açúcar e outros produtos, saindo e entrando pelo porto da Levada ou de Bebedouro. É importante também lembrar da invisibilização que a região lagunar sofre ao longo do tempo. A cidade foi virando as costas para a lagoa, associando-a à foco de doenças, e vista apenas como local de trabalho. Essa negligência com a Lagoa e com as populações que ocupam suas margens foi também o que propiciou a implantação da planta industrial numa região extremamente sensível, (o encontro da lagoa com o mar.

Sobre quantidade exata de “acidentes”, o mapeamento fechado, eu não disponho. O mais recente, entre aspas, que gerou uma grande repercussão, antes desse que está se

processando desde 2018, ocorreu em 2011 e aconteceu em dois momentos: primeiro um grande vazamento de cloro, que intoxicou 152 pessoas, e dois dias depois, uma explosão vitimou cinco funcionários, de uma empresa terceirizada, porque lá dentro da fábrica do Pontal, existem várias empresas que atuam, na parte elétrica, na montagem de andaimes, na segurança do trabalho, empresas terceirizadas, que atuam fortemente durante as paradas de manutenção. Com a explosão, cinco trabalhadores da terceirizada Mills foram atingidos. Eu não sei as notícias deles, porque os empregados geralmente são blindados do assédio, talvez sejam orientados a não falar. Eles blindam muito os trabalhadores para que não haja esse vazamento de detalhes.

E é a partir deste caso que eu posso dizer que se dá minha entrada nessa pesquisa. Porque quando eu saí da universidade, o meu trabalho de conclusão da graduação foi sobre acidentes no trabalho. Não era especificamente sobre acidentes na Braskem, mas eu saí em 2011, me formei logo depois desse acidente. Depois de 11 anos voltei à universidade inicialmente com o projeto de mestrado que focava ainda na Sociologia do Trabalho, na questão da saúde do trabalhador, e mais especificamente naquele acidente, que estava bem relacionado a mim, pois meu companheiro havia trabalhado lá na mesma época. Mas uma coisa é o projeto e outra é o desenrolar do curso. A partir das aulas de metodologia, eu entendi que o que está acontecendo em Maceió agora, era muito mais próximo de mim, ou seja, eu teria mais facilidade em acompanhar de perto, muito mais que o caso de 2011. Eu entro na pesquisa dessa forma. Acho importante dizer também que estudei no Colégio Bom Conselho durante 3 anos, na virada da infância para a adolescência, meu primeiro beijo foi na Praça Lucena Maranhão, há uma relação de afeto com o bairro do Bebedouro, fiz minha primeira comunhão na principal igreja do bairro. Eu acho que eu consegui resumir um pouco. **Roberto** - Muito obrigado, Juliane. Carlos?

Carlos - Complementando essa questão dos acidentes. É que no passado essa questão estava relacionada apenas aos acidentes visíveis, que eram os vazamentos/explosões. Hoje, uma situação muito interessante aqui em Maceió, é que nos bairros do Trapiche, Levada, Vergel, existem as placas de rota de fuga, mas é uma rota de fuga caso haja o vazamento da unidade do Pontal. Interessante que as placas nos bairros que estão afundando só são colocadas a partir de 2018, em Bebedouro, elas são de outro tipo de

“acidente” que agora tem a ver com aquela exploração fora do controle que a Braskem fez durante mais de 40 anos.

Eu cresci em um dos cinco bairros (o Farol), desde criança eu sempre estava andando por eles. Eu morei no bairro do Farol, porém saí de lá antes de ocorrer o afundamento do solo e rachaduras nas casas, mas lembro que a minha vida foi toda no Mutange, vendo o CSA jogar, que é um dos clubes aqui do estado, frequentava o Bom Parto também indo à padaria, e aos finais de semana visitava os parentes em Bebedouro. Além de tudo isso, eu faço parte da igreja Batista do Pinheiro, que lutou muito para ficar no lugar que está até hoje, porém por conta da mina 18, e com toda a atuação da Braskem, ela está sendo obrigada a fechar as portas por enquanto, minha infância foi transitando por esses bairros.

A princípio não era meu tema de pesquisa, quando isso ocorreu eu pesquisava feiras livres. E como veio a pandemia, eu me vi obrigado a mudar um pouco de campo, apesar de ter começado a registrar os bairros desde o início do tremor de 2018. A partir daquele momento eu iria registrar apenas para ter uma lembrança, porque eu imaginava que iria mudar com o decorrer dos anos. Mas comecei a pesquisar cada vez mais o que estava acontecendo no bairro do Pinheiro e nos outros bairros, percebi que aquilo tinha de ser registrado, pois durante os anos aquilo provavelmente iria começar a sumir, como o bairro do Mutange que hoje não existe mais, só fica a memória da fotografia da época. Então esses lugares me acompanham desde a infância e no decorrer da tragédia eu fui explorando/fotografando.

Roberto - Vamos voltar um pouquinho à questão teórica, Camila. Eu acho que é interessante falar também, porque você tem uma ligação muito forte com a socioantropologia das ciências do Bruno Latour (2000; 2016), com vários trabalhos publicados. Essa abordagem, sempre nos coloca questões interessantes nas relações entre “ciência”, “política”, “contexto”, “caixas-pretas”. As aspas estão aqui para marcar que são conceitos, e, portanto, são construções. E o que eu às vezes chamo também o pensamento social, as ideias políticas da elite. Durante o nosso diálogo, durante a sexta Semana de Antropologia na UFS, você nos apresentou um enunciado que está desenvolvendo no caso

Braskem, que é “existe uma performance, ou seja, uma construção de realidade que é amparada no enunciado, “evento geológico” para denotar o desastre produzido pela Braskem, que pretende ser científica, mas ampara a produção de factóides”. Eu queria que você discutisse, Camila, essa arregimentação da ciência pelo grande capital e gestores políticos que ocorre por diversas inversões e mecanismos como verba de pesquisa e de bolsas, portas giratórias, órgãos públicos, de fiscalização... (basta lembrar que o ditador Ernesto Geisel, que assina a construção da Salgema, se torna diretor da Salgema depois de ser presidente). De modo que o ambiente e os seres de todos os tipos que o habitam, deixam de ser os atingidos e perdem esse ambiente, território e direitos. Todos esses passam a ser da empresa. E concomitante cria-se um bloqueio para que as vozes realmente afetadas, os moradores para começar, não possam ser ouvidos. Eu queria saber, por um lado, como vocês pensem sobre a produção dessas caixas-pretas no caso da Braskem e como pensam em conseguir abri-las.

Camila - Acho que a pergunta tem muitas escalas, pois são muitos atores sustentando a manutenção das caixas-pretas da mineração produzida pela Braskem. Início a resposta fazendo ligação com a questão que falávamos anteriormente, que é tratar o que aconteceu aqui como acidente. Ao longo do tempo como a Juliane colocou, acidentes aconteceram. Mas em 2018, esse “acidente”, entre aspas, ganhou outra proporção. E a gente começou a refletir sobre ele, juntamente com outros “acidentes” como os desastres minerários em Mariana e Brumadinho. Pensando a nível de Brasil: como esses projetos minerários estavam se “acidentando” de forma tão semelhante? É por meio do mapeamento do contraditório, por meio das controvérsias, categoria importante para abordagem teórica que dialogo, que reforçamos a existência de versões não hegemônicas sobre a produção do desastre promovido pela Braskem, pela Samarco, pela Vale.

Nesse mapeamento é possível ver que as legislações ambientais existem mas, como bem pontuam os professores Henri Acselrad (2015), Andréa Zhouri (2019) elas são paulatinamente tensionadas para “deixar passar a boiada”. Ou seja, para que direitos já assegurados, como os de participação das comunidades tradicionais nos processos burocráticos (Consulta Livre, Prévia e Informada) e a própria existência do licenciamento

ambiental, sejam diminuídos, no limite, extinguidos. Nesse contexto, entra em debate a flexibilização do licenciamento ambiental, demandado pelos setores industrial e ruralista.

Temos muitas críticas a respeito dos poucos espaços de atuação democrática no licenciamento. No entanto, nosso posicionamento é de conquistar mais espaço para as comunidades locais, pesquisadores, movimentos sociais, assessorias jurídicas. Espaços ampliados para que esse atores possam levantar suas críticas, apontar as falhas e lacunas dos estudos que sustentam o Estudo de Impacto Ambiental, que são responsáveis por atestar a viabilidade socioambiental de projetos econômicos e minerários. Buscamos espaços para a exposição do contraditório e de participação ampliada dos grupos sociais envolvidos na absorção dos efeitos negativos, no processo decisório desses projetos. Acontece que, ao invés da legislação passar por melhorias nos procedimentos, ela é pressionada para que sejam supridos os direitos já adquiridos.

A grande questão aqui é que não se trata de acidente, de um evento geológico ou de um desastre natural. Se trata de um desastre ambiental, ou socioambiental, como preferirem, mas que foi construído ao longo do tempo com a ajuda dos atores econômicos, da ciência praticada por consultorias, das legislações fragilizadas, etc. Então esse é o primeiro ponto que a literatura que aciono permite investigar: Como a ciência ajuda a fechar essa caixa-preta que firma o desastre como um evento geológico? No caso da Braskem, essa situação é bastante complicada porque a versão do evento geológico é a versão oficial da Braskem e, com isso, ela conseguiu ao longo de um ano, de 2018 até 2019, dominar a narrativa sobre o desastre. Apenas em 2019, quando o Ministério de Minas e Energia através do CPRM (BRASIL, 2019) publica seus laudos técnicos é que começa a ser atestada a responsabilização da Braskem pelo afundamento do solo, contrapondo cientificamente a versão oficial da empresa. Atestou-se assim um desastre ambiental construído por ela. Entretanto, você tem um ano de silenciamento da empresa sobre sua responsabilização no desastre. Esse silenciamento tem sido a tônica do desastre da Braskem. Você teve esse tempo da Braskem dominando através da sua mídia, com investimentos altíssimos, um programa chamado “Braskem Explica”.

O grave disso é que em 2020 o sistema de justiça (Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública da União) a Prefeitura, Braskem e a Defesa Civil também trabalham para transformar esse discurso em hegemônico. Por meio de um importante acordo, que é o Termo de Acordo Socioambiental, firmaram os termos que corroboram com a a versão oficial da empresa, que a subsidência dos bairros foi fruto de um fenômeno geológico. O que é importante ressaltar é que a ciência utilizada para justificar essa versão oficial não é aquela ciência aberta ao contraditório, aberta ao debate, porque o contraditório já existe aqui. A CPRM iniciou a abertura desta caixa-preta. E nós, 100% dos pesquisadores que trabalham com o caso abrem essa caixa-preta o tempo todo. Exatamente porque se a gente fechar, se deixar o assunto morrer, a gente sabe que essa versão, que já é hegemônica, vai ganhar mais força do que ela já tem.

Então a teoria que mobilizo permite tensionar (e tentar desmobilizar) essa versão hegemônica da Braskem e do sistema de justiça. Que é muito poderosa. Eles estão muito à frente, com muito dinheiro, com empresas de consultoria (Diagonal e a Tetra Tech) que já circularam no Brasil inteiro. São empresas consolidadas no mercado de consultorias e conhecidas inclusive por fazer estudos que invisibilizam os impactos... A Juliane pode falar da questão dos atingidos.

Juliane - O que a gente vem observando é isso, que essa luta dos atingidos, é o tempo todo desmobilizada por toda sorte de ações contrárias. Por ações da justiça, como a Camila já falou, ou da própria Braskem, que se aproveitou também da pandemia, um período delicado pro mundo. Ela iniciou as remoções em 2020, a partir de acordos que na verdade foram uma imposição de valores, regras, cláusulas que só beneficiavam a empresa, configurando o que a Isabelle Stengers (2015) chama de alternativas infernais, ou seja, não tinham opção, viver com medo e com as casas rachadas ou aceitar os valores da Braskem. Então há num primeiro momento esses moradores que entram na contagem do poder público e da Braskem, inclusive como parte de um “case de sucesso”, pois com suas remoções asseguradas, a preservação da vida, em tese está sendo efetivada, e em seguida os moradores das bordas que reclamam a presença nesses mapas uma vez que as condições de moradia estão piorando. Eles querem entrar na conta, querem ser contabilizados como vítimas.

Roberto - Desculpa interromper, Juliane. É o que eu que eu ia perguntar: eu entendi pelo que você falou, você entra nessa discussão por causa da questão dos acidentes de trabalho e o centro da sua pesquisa são justamente as populações atingidas. Eu gostaria, claro, que você falasse sobre isso e se já tem algum número mais realista do que aquele de 60 mil? Quais são os critérios que estão sendo usados para chamar de atingidos? Que critérios estão sendo utilizados? Que critérios você vê que estão faltando? Um pouco como a discussão nas barragens, que eles criam critérios que são, enfim, deles, das empresas. E quais são os direitos que você está vendo sendo sistematicamente violados nesses critérios que são obliterados?

Juliane - Então, o critério para Defesa Civil é o índice de subsidência. Nós, por outro lado, consideramos o conceito de atingido utilizado por Vainer (2008), especialmente por sua abrangência, como uma forma de disputar o reconhecimento do direito daqueles moradores à reparação justa e integral.

Os relatórios apresentados desde o início trazem uma “setorização de danos”, e são elaborados a partir da parceria entre Defesa Civil Municipal, Nacional e o Serviço Geológico do Brasil, além da empresa contratada pela Braskem, para o monitorando a área. O mapa utilizado como base para definição de áreas de criticidade maior e menor era de 2020, foram 3 anos sem atualização, o novo mapa foi divulgado depois das notícias do provável colapso da mina 18, ou seja, depois do 29/11/2023.

Mesmo sabendo que é um desastre em curso, o mapa não era atualizado. Mesmo com os pedidos por realocação de moradores das bordas que denunciavam casas com rachaduras, água minando no piso das casas, nada disso foi suficiente para sua revisão. Nem o ilhamento socioeconômico identificado também pela defesa civil, nada disso foi considerado para a remoção dessas pessoas. Eles dizem que estão baseados num princípio de que remoção só deve ser feita em último caso, para não ocorrer um processo de desterritorialização, e também para não gerar um “efeito manada”, onde áreas vizinhas queiram sair também, numa contínua ampliação da borda. então eles dividem em zona de criticidade 00, que é removida/expulsa, e a zona de criticidade 01, conhecida também

como área de monitoramento, que tanto podem ser apenas monitorados como removidos, uma área onde a remoção é facultativa, como eles chamam.

Os 60 mil que mencionamos são baseados num número médio de 4 pessoas por imóvel, a partir do mapa versão 4, aquele divulgado em 2020. A empresa tem a definição de imóveis para a “negociação”. Até hoje, segundo o relatório da empresa, já são 14.454 de imóveis desocupados, o que daria quase 58 mil moradores, nós arredondamos esse número, levando em conta que algumas famílias são numerosas. Mas, se levarmos em conta os bairros da borda, o número de atingidos é muito maior, pois incluímos os moradores do Bom Parto e a região dos Flexais em Bebedouro.

Toda a área é monitorada e recebe os dados em tempo real, mas não temos acesso a eles. O último estudo, por exemplo, que tivemos a chance de ver o detalhamento foi liberado em maio, e compreende o período até março deste ano. Ou seja, de lá para cá a gente não acompanha isso, essa evolução do caso, esse mapeamento dos sonares. E essas comunidades, tanto dos Flexais, como a Marquês de Abrantes, a Vila Saem e o Bom Parto, reclamam a caracterização de atingida.

Por quê? Porque eles têm casas rachadas, eles têm água aflorando dentro delas. Além disso, no caso do Flexais tem a questão do ilhamento, que não é diferente também do Bom Parto. Porque se a gente pensar que a Braskem isolou uma dada região, que era uma via que conectava a parte alta e a parte baixa de uma cidade que tem muitos problemas de mobilidade, ela interrompe esse fluxo. Ninguém, que não é do Bom Parto precisa passar por lá, pois a Braskem interditou a via. Isso é caracterizado também como ilhamento, mas a Defesa civil só fez estudos e constatou ilhamento nos Flexais. A “solução” para eles foi a implantação de um projeto de revitalização, mesmo com grande parte da comunidade pedindo para ser realocada.

O Bom Parto se conecta com o centro da cidade. Os centros das capitais estão passando, não é só aqui, mas em vários lugares, por um processo de deslocamento também, os shoppings ganham a cada momento mais força, os centros estão perdendo o seu papel de grande ponto comercial. Por aqui o bairro Centro cumpre esse papel de segunda à sexta,

mas no final de semana praticamente nada funciona. Então podemos falar também, diante deste cenário, sobre a questão do direito à cidade, como um direito que está sendo violado.

O direito à vida, pode parecer muito abrangente, mas é fácil comprovar que ele está sendo retirado dessas comunidades, porque as condições saudáveis para viver não existem nesses lugares, o acesso aos serviços básicos de saúde, de educação, essas comunidades não estão tendo. a falta de atualização do mapa e divulgação correta dos riscos privam os moradores das áreas atingidas e também os outros moradores da cidade do direito básico à informação, sobre um desastre que está em curso.⁶

Então é um problema porque, se o desastre está em curso, era para ser monitorado de outras formas (não só pela Braskem em parceria com a defesa civil) com a divulgação de laudos que informassem claramente o porquê delas não precisarem sair, para que a gente pudesse também contestá-los, se fosse o caso, com mais base. até fazemos esse movimento de embate, mas partindo de uma base muito antiga, que é de 2020. As instituições e o Estado sabem que esse solo estará em processo de afundamento por pelo dez anos. “Pelo menos” dez anos, não é uma informação precisa e o tecnicismo deles não dá conta de afirmar com segurança um período para essa estabilização. Talvez seja muito mais que isso. Então esses acompanhamentos, esse direito à informação, são extremamente necessários, mas nem nós (pesquisadores) nem os moradores temos o direito garantido pelas instituições. Sem contar que o tecnicismo revela uma face muito cruel para essas comunidades, causando o que a pesquisadora Norma Valencio chama de Sofrimento Social Multidimensional. Durante esse período de 5 anos a defesa civil já foi acionada várias vezes nas comunidades. Outro dia, perguntei a uma moradora o que é que a defesa diz sobre a situação do imóvel dela, e ela escuta para que ela cuide da casa. Isso é de uma crueldade muito grande, essas pessoas estão tirando dinheiro do próprio bolso para “arrumar” como podem as rachaduras que aparecem e o piso que cede.

⁶ A prefeitura de Maceió divulgou em suas redes sociais um “mapa atualizado” no dia 30 de novembro de 2023. Contudo esse mapa não foi disponibilizado em alta resolução para os pesquisadores e tampouco os estudos geológicos em que se basearam, sendo assim pouco útil para estudos. Desta forma, o mapa 5.0 está sendo disponibilizado aqui apenas para informação dos leitores. <https://maceio.al.gov.br/noticias/defesacivil/prefeitura-de-maceio-atualiza-mapa-de-risco-e-justica-federal-inclui-bom-parto-em-realocacao#images> (nota de R.L.)

Tudo isso demonstra uma sucessão de direitos sendo violados. E a gente vai acompanhando e tentando, de certa forma, mostrar essas violações, reforçando o que os moradores já falam. Porque tudo que a gente está falando, os moradores já falam há muito tempo.

Roberto - Carlos, você falou aqui que você está diariamente documentando fotograficamente a vida dos bairros afetados. Eu queria que você colocasse então um pouco como que essa documentação se liga à sua pesquisa na Antropologia. Em que direção você espera que essas fotografias, com esse enfoque que você está dando da antropologia, se movam? O que você espera do seu trabalho? Aliás, eu queria pedir uma coisa, você me mandasse umas fotos para a gente botar na entrevista, com as legendas para ficar bonito.

Carlos - Pode me deixar que eu mando. Como tinha dito logo no início, comecei em 2018. O tema do meu trabalho é uma fotoetnografia⁷ após a destruição da Braskem em Maceió, Lopes (2022), na graduação apoiei em bases como Berger (2017), Carvalho (1998) e agora também em Achutti (2004). Antes de adentrar na fotoetnografia desses cinco bairros, eu iria fazer algo mais íntimo, no sentido de tratar dos objetos que foram deixados pelos moradores após a saída. Por conta que no processo que eu estava de pesquisa, em 2019, 2020, era o período em que os moradores estavam saindo diariamente, havia muitas mudanças de moradores, principalmente no bairro do Pinheiro, então eu comecei a registrar os objetos que os moradores foram deixando pra trás, porque não dava para levar tudo, porque a moradia que eles iam, não era do tamanho da anterior, e era preciso deixar coisas pelo caminho.

Nesse processo, quando eu terminei a graduação, em dezembro passado, eu lembro, influenciado por outras pessoas, já pensava em entrar na antropologia, mas não tão rápido. Era um plano futuro, mas vendo a carência de um estudo na área sobre a questão, me vi naquele momento de decidir e arriscar a seleção para o mestrado. No que toca ao mestrado, na antropologia, dentro da UFAL, e acredito que no Brasil, o meu projeto é o

⁷ No anexo 2 é possível acompanhar um pouco desse percurso fotoetnográfico.

pioneiro do tema, na questão da Braskem, porque infelizmente, nesses cinco anos não soube de ninguém que trabalhou o tema na área e na UFAL. Então por influência de algumas pessoas do programa, fui incentivado, a tentar a seleção, fiz, passei, estou aqui. Vejo a importância de estar estudando isso. Acho que o momento certo foi aquele mesmo, porque, quando pensamos que a questão da Braskem vai continuar apenas no terreno mais jurídico, percebemos que ela ressurge, como foi agora com a mina 18. E todas as questões humanas, no sentido de ir à rua e protestar, voltam à tona. Estamos vivendo de novo o que aconteceu no período de 2018, 2019, quando havia vários protestos em frente ao Ministério Público e na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

E nesse processo de fotografia que vivo há cinco anos, percebi as várias narrativas que eu poderia montar e continuo montando/registando. O início do afundamento, o processo de terror, de susto, o “que tem que sair”, o “vai afundar”... registrar aquele momento de aflição daquelas pessoas. Após esse registro, tem registro da mudança, as pessoas tiraram os seus móveis das suas casas para ir para outra. Teve um momento muito interessante nessa questão da mudança, na qual eu saí da frente do celular, precisei parar de registrar a tragédia, de registrar a saída, e passei por uma experiência de ajudar um morador a desmontar sua casa. no sentido de quebrar a janela, quebrar a porta. Então ali acho que foi uma virada de chave muito grande na pesquisa no sentido de que, apesar de toda a empatia que eu tenho com eles, com os moradores, com os atingidos, quando você troca de lugar e pega uma ferramenta, pega uma marreta, um martelo e começa a fazer um trabalho que mais de 60 mil pessoas fizeram, você percebe o quanto é dolorido você sair de um imóvel que você lutou pra ter.

Após essa narrativa teve a narrativa dos tapumes, que no caso, falo muito que são tapumes sociais. A Braskem diz que protege, mas na verdade são tapumes para esconder toda a destruição feita. Terror como esse que aconteceu em 2018, da mesma forma: que ia cair, que ia rachar, enfim. Claro que tem moradores no Bom Parto, que têm toda a casa rachada, que tem o piso afundando, infelizmente eles são esquecidos: eles querem sair, eles não querem ficar lá. E eu estou buscando criar essa narrativa. Apesar de que muitos falaram da mina 18, mas o problema não começa agora, na realidade, começou há mais de 40 anos atrás, mas que se tornou visível em 2018.

E 5 anos depois, uma mina começa a dar problema. Então a minha ideia, a minha área de pesquisa é documentar. É mostrar essas narrativas. É como se a cada mês, a cada três, quatro meses, tem um capítulo novo desse crime que ocorreu aqui. Então, estamos no capítulo Mina 18. Fica a expectativa de saber quais capítulos estão por vir nessa história que está ocorrendo há mais de 40 anos aqui em Maceió.

Juliane - Aproveitando o que Carlos falou, lá na primeira pergunta sobre a questão da rota de fuga, que no Pontal existe uma rota de fuga, Pontal, Trapiche, ali naquela região da fábrica. Essa rota de fuga para mineração, ela só foi implantada agora. Acho que é importante registrar que muitos moradores nem sabiam que existia mineração debaixo de seus pés. Isso é também um absurdo muito grande. Como é que a cidade não sabe? Grande parte da cidade não sabia, mas especialmente os moradores daquela região não sabiam. Não chamávamos a Braskem de empresa mineradora. E essa rota de fuga, ela nasce quando esse desastre passa a ser percebido de fato, depois do tremor que aconteceu em março de 2018 e que tornou evidente que existia uma mineração irresponsável acontecendo aqui.

Roberto - Obrigado, Juliane. Impressionante isso também. Bom, aí eu quero chegar no hoje, pegando esse gancho que Carlos colocou agora: no dia 29 de novembro, uma semana atrás dessa nossa conversa, o prefeito de Maceió decreta emergência na cidade em decorrência do risco de colapso de uma das minas, a Mina 18, no bairro do Mutange. Eu tenho, depois daquele encontro com vocês na 6ª Semana de Antropologia da UFS, acompanhado pela imprensa. Soube que hoje teve uma mobilização popular, uma passeata que passou por vários lugares na cidade. Vocês estavam comentando antes da entrevista que vocês todos participaram. A imprensa não convencional tem publicado algumas coisas, eu vi uma live do Gustavo Conde, umas extensas matérias no Brasil de fato, notas do Movimento de Atingidos por Barragens. Tenho visto também com muito interesse os relatórios de inspeção feitos pela Camila, Juliane e a OAB. Então eu quero perguntar para vocês, para fechar, o que vocês pensam que a gente pode esperar nesse futuro próximo, quer dizer: como que vocês pensam essa aliança que está acontecendo entre a academia, atingidos e OAB? Como que ela pode crescer e frutificar. Como vocês acham que vai se conseguir uma complexificação das narrativas? Eu vi ontem que a

Braskem perdeu o selo de energia verde na bolsa de valores. O que se pode esperar, nesse futuro próximo, principalmente para quem nos importa, para a população que está sendo atingida?

Camila - A primeira coisa interessante de trazer à tona é essa situação que a gente está vivendo desde quarta-feira passada (dia 29 de novembro) em Maceió e que estamos acompanhando, (Carlos, Juliane, eu) à exaustão. Mas temos visto, que é muito problemático, é a falta de informação nas comunidades, que estão sob a ameaça de perder suas casas e suas vidas. Porque as comunidades do Bom Parto, Flexais, Marquês de Abrantes, Quebradas, têm suas vidas há cinco anos sendo profundamente modificadas. Há três anos mais ainda, porque há cinco anos o desastre eclode, mas o processo vai sendo aprofundado com a presença dos escombros produzidos pelas demolições que se tornam vizinhas dessas comunidades. No primeiro ano de desastre era só o desastre do Pinheiro, era um bairro. No segundo, dois, três bairros. Estamos agora vivendo o quinto ano do desastre com 5 bairros enfrentando danos que ainda não pararam de acontecer e de aumentar. A Mina 18 eclode para mostrar isso. E a desinformação aqui é tanta que a gente se apega nas informações dos geólogos, por exemplo, do professor Abel Galindo, que vem trazendo a contra-informação, que é uma informação paralela à que a Braskem e a Defesa Civil soltam. Esse é um problema central: temos carência de informações independentes dos interesses da Braskem.

Quando se fala de geologia e de estabilização/ evolução do mapa a caixa-preta é totalmente fechada. E como é que a socioantropologia pode ajudar a abri-la? Penso que uma das tentativas se dá por meio dos estudos sociológicos sobre a percepção das pessoas que moram nessas áreas de borda. É levar a sério como as pessoas (que moram nesses bairros) modificaram suas vidas. São elas que estão desde a quarta-feira passada entrando em situações limites de tensão, de medo.

No dia seguinte a esse alerta da Braskem e da Defesa Civil, nós fomos lá. Nem nós, nem os moradores vimos a presença da Defesa Civil. O que problematizamos é que a atuação da prefeitura é feita de forma desorganizada e lenta. Essa atuação parte desse processo de desinformação continuada. Não informa e deixa as pessoas em suas casas, vivendo com

medo. Não organiza a retirada das pessoas da área de risco. Não se tem informações seguras sobre a urgência da retirada delas ou não. O que a mídia vende para do Estado não é o que a gente vê nas comunidades.

A gente se pergunta por quê? Por que essas comunidades podem viver nesse estado de tensão há no mínimo três anos? Quando conversamos com as pessoas, elas dizem assim: olha, qual é a novidade agora? Eu estou com os documentos na minha mochila, prontos para sair dessa casa há três anos. Estamos falando de comunidades que lutam, como a Juliane bem colocou, para serem consideradas atingidas porque já são atingidas. Então o direito delas hoje é de entrar nesse rolo compressor da Braskem para tentar mínimos direitos, que a gente sabe que são mínimos porque a negociação com a empresa é feita de forma individualizada e sem a mediação de atores públicos. Devido as condições desfavoráveis que vivenciam, eles disputam a condição de atingidos. E hoje é imprescindível que isso aconteça. Esse ingresso está atrasado três anos.

Olhando de fora se vê a atuação de instituições muito fortes, como as que compõe o sistema de justiça, a defesa civil, a Braskem, que têm o poder de mudar o que acontece aqui em Maceió. Mas elas não estão fazendo isso. E, a todo momento, ficamos pressionando para que essas mudanças aconteçam pela via da ciência, que é o lugar que disputamos a construção desta outra realidade. Agora, é perceptível que a ciência tem as suas limitações. A gente interpela a realidade também através da construção de laudos. A Juliane é a nossa relatora master, faz laudos descritivos muito bons e com uma riqueza de detalhes. Esses laudos ajudam na construção de argumentos contraditórios e que mobilizam atuações nas brechas que encontramos dentro do sistema de justiça. Acredito que a socioantropologia do Latour (2000; 2016) possibilita perceber a atuação de outros atores, que disputam constantemente a existência de suas versões, modos de construção da realidade. Fundamenta também a disputa política na busca da ampliação de direitos a esses coletivos esquecidos...

Juliane - Eu faço, tanto porque eu gosto muito de escrever/relatar, mas também por acreditar na ideia/conceito do professor Henri Acselrad (2006), sobre a necessidade do “esforço de contextualização”. E esse esforço depende disso: relatar extensivamente,

exaustivamente, situações que são de extrema vulnerabilidade. E se eles (os moradores) não são ouvidos a partir da experiência deles e da luta cotidiana deles, que nós enquanto ciência, (que a gente sabe que tem algum peso, um poder), façamos esse esforço, para demonstrar e acessar lugares que essas comunidades não conseguem acessar. Porque as portas estão fechadas para elas. É um esforço de múltiplas frentes, tanto de relatar como de forçar as portas para as pessoas olharem, enxergarem o que a gente tenta fazer enquanto ciência, uma ciência engajada.

Camila - Uma ciência engajada, lenta, com respeito. No entanto, desde semana passada estamos presenciando uma situação paradoxal: é preciso mostrar o que está acontecendo nas bordas, mas como fazer isso? Estamos acompanhando a presença de muitos pesquisadores e pesquisadoras, repórteres de todo o país que foram visitar essas comunidades, muitas vezes buscando dados custe o que custar. Quero chamar atenção é que a incursão nessas comunidades, muitas vezes não é respeitosa. Eles já estão num processo de violência contínua e agora mais ainda porque você tem esse assédio às comunidades, que é momentânea, efêmera. Portanto, é preciso pensar uma metodologia de trabalho para a questão de desastres - e de um desastre em andamento - que deveria ser acompanhada de um processo ético sobre como abordar e manter a relação com as pessoas dessas comunidades, sobre a destinação das informações e dados que extraem, além de mobilizar um pensamento engajado às demandas das comunidades envolvidas nesse contexto.

Juliane - Porque aqui escutamos muitos pesquisadores trazendo a questão da objetividade, que não se pode abrir mão da neutralidade, da objetividade. É o que a gente escuta e o que fica subentendido com a forma como alguns pesquisadores encaram as idas a campo e a presença de pesquisadores em ambientes onde a política está colocada, tanto aquela com 'P' maiúsculo que Jacques Rancière menciona, mas também aquela do jogo partidário.

Que devemos evitar o envolvimento. Mas como evitar o envolvimento? Que ciência é essa? É uma ciência que eu não acredito. E que já passou da hora dela não ser mais reclamada.

Camila - O desastre da Braskem tem a disputa que permeia um contexto mais amplo de “guerra das ciências” que disputam a construção de fatos porque o tecnicismo aqui é muito forte. O argumento das ciências naturais (na versão das empresas de consultorias contratadas pelas Braskem) é hegemônico e muito presente na defesa do evento geológico. Então, alguns cientistas vêm a reboque desses discursos de neutralidade, da objetividade na disputa pela construção dos fatos, dos efeitos do desastre. Esse retorno à disputa sobre objetividade e neutralidade não ajuda em nada.

Por quê? Porque a despeito do discurso hegemônico, nossa versão é a de que o que ocorreu em Maceió foi um desastre ambiental e precisa ser analisado por meio do que Maria Avila e Marcos Mattedi chamam de paradigma das vulnerabilidades. Ou seja, entendendo as escalas dos danos, os grupos sociais, étnicos, se são mulheres, crianças, idosos, a classe social, etc. É muito complexo porque temos em tela o maior desastre minerário urbano em andamento no mundo hoje. Não há como você partir do princípio que a realidade tem que ser simplificada. Não! Então a socioantropologia ajuda a mostrar que as controvérsias são importantes para expor essas redes consideradas “periféricas”. Exatamente porque a invisibilização aqui é enorme. A reconstrução da controvérsia permite mapear atores e suas versões não hegemônicas sobre o desastre para alargar as formas de reparação que precisam entrar na discussão dos danos e das injustiças que são operadas.

Carlos - Eu já ia levantar a mão pra fazer um comentário sobre a invisibilidade. Quero compartilhar um relato de hoje, inclusive, do Cícero que subiu no trio [caminhão de som] pra falar durante o protesto contra a atuação da Braskem e dos órgãos públicos. Eu não sei se Juliane estava perto, acho que já tinha ido embora no momento que ele desceu e falou conosco. Ele subiu no trio, falou, desabafou a realidade dele, e de todos os familiares que vivem na região do Bom Parto e, quando ele desceu, falou uma coisa muito interessante: “eu sempre tive vontade de subir num trio desse, nos protestos que teve antes, e falar o que eu estava sentindo”. Enquanto ele falava eu imaginava a confiança que a gente passa para ele. E lembro que ele estava procurando alguém para subir no trio.

Juliane - Então, perguntei a ele, Carlos, se ele queria subir, se aceitava falar. Ele não estava pensando em subir não, mas assim, a vontade íntima dele devia ser essa mesmo, porque quando perguntei: você quer não subir? Aí ele disse: mas eu não sei falar. então eu disse: você vai relatar o que você está passando.

Carlos - E relatar a verdade. Que só ele que mora lá sabe como é. Sabe, acho que às vezes, aqueles que não frequentam o campo, mesmo estando perto, têm uma visão muito superficial do lugar, acham que as pessoas são fantoches, que você vai chegar lá para colher o dado e pronto. Eu acho que é uma questão muito grande para a gente, nós três estamos muito próximos deles. A gente criou uma relação ali, com esses moradores, uma relação muito forte, até comentei com os outros, certa vez estava andando pelo Flexal em Bebedouro, quando ouço uma conversa por onde passava, perguntando de onde é esse rapaz, e outras pessoas já sabiam que sou da UFAL. Isso dá uma confiança de andar em campo e criar um laço afetivo com aquelas pessoas, isso é um bom passo para estabelecer confiança, para eles darem credibilidade ao nosso trabalho. Então, acaba que as pessoas sabem que tem alguém ali andando com frequência, que já faz parte do cotidiano, sabem que estamos pesquisando, e sabem que é algo em prol deles, que somos confiáveis. Que não somos contra a comunidade, que é a forma como eles encaram a metodologia utilizada pela empresa Diagonal ou de algum pesquisador que quer se aproveitar da dor deles apenas para colher dados.

Roberto - Maravilha. Então, gente, essas eram as perguntas que eu tinha pensado. Eu fiquei extremamente feliz. Agradeço muitíssimo.

Nota final: na tarde do dia 10 de dezembro a Mina 18 colapsou.

Referências⁸

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Tomo Editorial, 2004. 319

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. **Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2006.

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade social, conflito ambiental e regulação urbana. **O Social em Questão**, v. XVIII, p.57-68, 2015.

AVILA, M. R. R.; MATTEDI, M. A., 2015. As dimensões políticas da produção de desastres: o caso do território do Vale do Itajaí/SC.

Disponível:

<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/13308/2474>.

BERGER, John. **Para entender uma fotografia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BRASIL. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM). Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió-AL: relatório síntese dos resultados nº 1. Brasília, 2019.

CARVALHO, J. J. DE. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/kNnShbTR3wLSWgCspyx8JBv/#> Acesso em: 12 de dez de 2023.

RELU - Representações do Lugar FAU UFAL. **Mapeamento do patrimônio material da área de subsidência em Maceió** - Projeto de Extensão Coordenado pela Profa. Adriana Capretz Manhas. Início: 2021. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?hl=pt-BR&mid=1CPhoT9LAUI-hZrjw0i42oPNV9teRX99B&ll=-9.615552903752253%2C-35.77154704999999&z=13>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LATOUR, B. **Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas**. São Paulo: Editora 34, 2016.

⁸ Esses textos são alguns que os autores se referem durante o diálogo e que estão aqui como sugestões aos leitores (nota de R.L.)

MACEIÓ. Defesa Civil de Maceió. Mapa de Ações Prioritárias, Maceió, 2020. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/noticias/mapa-de-acoes-prioritarias-e-atualizado-e-amplia-area-de-monitoramento>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

MAGALHÃES, Sônia M. S. Barbosa; HERNANDEZ, Francisco del Moral (orgs.) (2009). Painel de Especialistas - Análise Crítica do Estudo de Im-pacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém. Disponível em [:http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo Monte Painel especialistas EIA.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf) Acesso em: 20 de dez. de 2023

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

STENGERS, Isabelle. A esquerda, de maneira vital, tem necessidade de que as pessoas pensem. Entrevista, Portal Climacon Mudanças Climáticas, 17/08/2015. Link: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=2965>. Acesso em 12 de dez. de 2023.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63

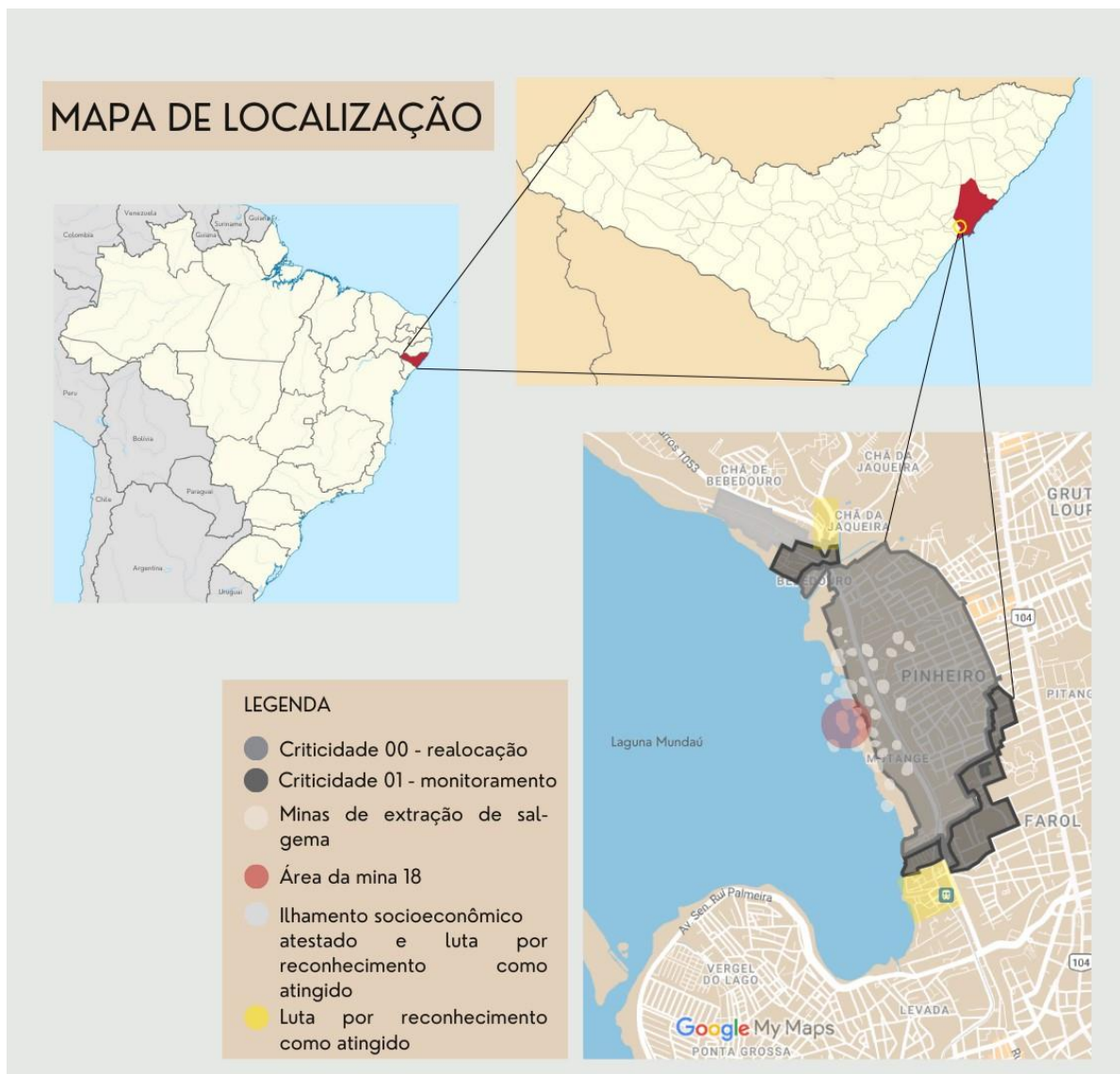
VALENCIO, N. Desastres, Tecnicismos e Sofrimento Social. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(9): 3631-3644, 2014.

VIEIRA, M. do C. **“Daqui só saio pó”... Conflitos urbanos e mobilização popular: a Salgema e o Pontal da Barra**. Maceió: EDUFAL, 1997.

ZHOURI, A. Desregulação ambiental e desastres da mineração no Brasil. Uma perspectiva da ecologia política. In: CASTRO, E.; CARMO, E. do. **Desastres e crimes da mineração em Barcarena**, Belém: NAEA/UFPA, 2019.

Anexo 1

Mapa 1: Mapa das localizações e descrições das situações apresentadas durante a entrevista:



Fonte: Elaboração de Juliane Verissimo com base em Relu (2022) e Maceió (2020).

Anexo 2

Pequeno caderno de fotos de Carlos Eduardo Silva Lopes

Fig.1 – Capítulo: o que vai e o que fica



Fig.2 – Capítulo: Desfazendo o sonho com as próprias mãos



Fig.3 – Capítulo: Buracos abertos e portas fechadas



Fig. 4 – Capítulo: o bairro se mudou e a dor está presente



Fonte: Carlos Eduardo
/@cotidiano_fotografico,
bairro Pinheiro, 2022



Fonte: Carlos Eduardo
/@cotidiano_fotografico,
bairro Pinheiro, 2021.

Fig. 5 - Capítulo: Rotas de fuga de uma cidade cercada por tapumes

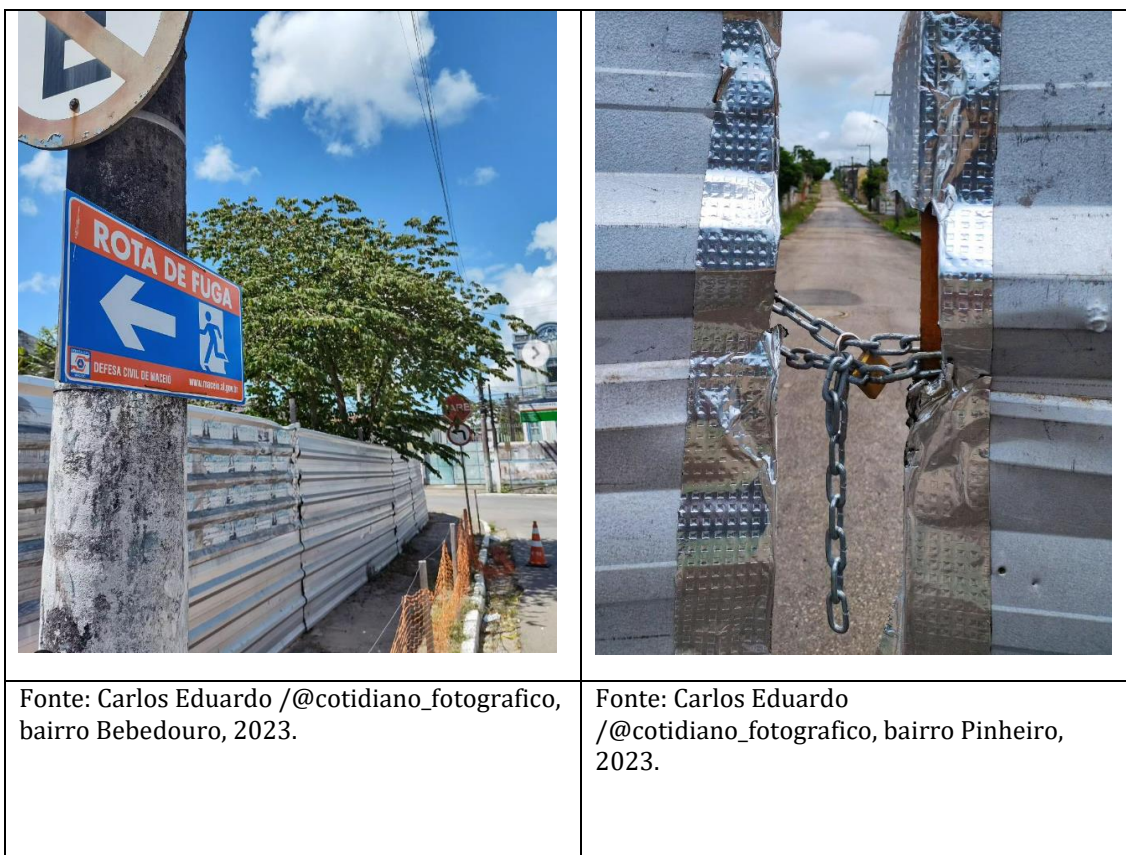


Fig. 6 - Capítulo: a Mina 18



Recebido: 12.10.2023
Aprovado: 21.12.2023